

EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO DO CAMPO: FUNDAMENTOS PARA UMA EDUCAÇÃO LIBERTADORA

Debora Vanderlei de Farias¹
Mariana Allany Silva²
Thalia Nayara Alves Barbosa³
Maria Fernanda dos Santos Alencar⁴

RESUMO

Este texto tem como objetivo apresentar estudos sobre a relação entre Educação Popular e a Educação do Campo. Resulta de trabalho de pesquisa apresentado no componente curricular Fundamentos e Processos da Educação Popular, no 4º período do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de PE - Centro Acadêmico do Agreste (UFPE/CAA). Teve como metodologia o estudo bibliográfico, firmado em uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório, acolhendo as contribuições dos seguintes autores: Freire (1987), Brandão (1986); Pereira (2010) para o desenvolvimento da categoria Educação Popular. Beltrame (2009); Hage (2005), Alencar (2010;2016) e Silva (2018) para a discussão sobre Educação do Campo. A partir do desenvolvimento deste estudo, compreendemos a importância da Educação Popular para a Educação do Campo porque possibilita o desenvolvimento da conscientização de processos educativos para a luta dos direitos da população do campo e da cidade; da produção de conhecimento e de formulação de estratégias que possibilitem analisar os desafios que marcam as desigualdades sociais e culturais no campo e ainda ressalta a relevância da Educação do Campo, como paradigma e política pública educacional, no desenvolvimento de conteúdos e saberes que fortalecem a confiança, o fortalecimento e a valorização da cultura e o significado de identidade do campo e de sua população.

Palavras-chave: Educação Popular. Educação do campo. Política Pública Educacional para o Campo.

INTRODUÇÃO

A educação é uma poderosa ferramenta de transformação social e, ao longo dos anos, tem desempenhado um papel fundamental na construção de sociedades mais justas e igualitárias. No entanto, quando se trata de Educação Popular e Educação do

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco-Centro Acadêmico do Agreste – UFPE/CAA, debora.vfarias@ufpe.br;

² Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco-Centro Acadêmico do Agreste – UFPE/CAA, mariana.allany@ufpe.br;

³ Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco-Centro Acadêmico do Agreste – UFPE/CAA, thalia.nayara@ufpe.br

⁴ Doutora em Ciências da Educação pela Universidad Del Mar (UDELMAR-Chile)- Professora da Universidade Federal de Pernambuco. Orientadora do Trabalho, fernanda.alencar@ufpe.br.

Campo, os desafios que se apresentam são muitos e complexos. Esses campo de conhecimento apresentam uma abordagem diferenciada, voltada ao atendimento das necessidades específicas das populações do campo e das camadas mais marginalizadas da sociedade.

Ao analisarmos diferentes perspectivas e objetivos da educação e formas de atuação, vemos o quanto é necessário se ter nos cursos de formação inicial estudos que fundamentem a Educação Popular para o conhecimento da realidade da população excluída de direitos fundamentais. Neste sentido, torna-se importante ter no currículo acadêmico leitura sobre temáticas que dizem respeito às populações tradicionais: indígenas, quilombolas, ciganas e outras populações como a do campo que foram colocadas à margem do direito educacional, prejudicando o exercício pleno da cidadania, como diz Gadotti (2012, p. 10) “educação é política, como nos ensinou Paulo Freire, ela não é neutra, pois, necessariamente, implica princípios e valores que configuram uma certa visão de mundo e de sociedade”

Na compreensão da educação não ser neutra, é política, a Educação do Campo é uma vertente educacional que se dedica a atender às particularidades e necessidades das populações rurais, valorizando suas culturas, saberes e vivências. Ela surge no movimento dos movimentos sociais populares pelo direito à educação e adentra na discussão acadêmica no início dos anos 2000 quando da publicação dos documentos Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo (CEB/CEB n.1, 2002) e das Referências Nacionais para uma Educação do Campo (MEC, 2005) que marcaram a materialização de uma política educacional para o campo brasileiro (Alencar, 2016).

Para Caldart (2004) a entrada da Educação do Campo na cena das políticas educacionais possibilitou a construção de uma concepção de Educação para a população do Campo, antes pensada na perspectiva da educação rural, ou educação para o meio rural. Alencar (2016) aponta que essa mudança não é apenas de nomenclatura, mas demarca os objetivos políticos da educação, pois se começa a pensar uma Educação do Campo que se volta as necessidades e demandas dos sujeitos do campo, construídas com os próprios sujeitos dos direitos que as exigem, e não *para* os sujeitos do campo como fora a perspectiva da educação rural.

Neste sentido, torna-se relevante abordar estudos que tratem sobre a relação entre Educação Popular e Educação do Campo porque estão inter-relacionadas. No desenvolvimento de uma epistemologia na perspectiva da autonomia, da libertação da

opressão e da materialidade do direito de Ser mais conforme anuncia Paulo Freire em *Pedagogia do Oprimido* (1987).

Neste sentido, vemos que a concepção de Educação do Campo busca construir um processo educativo que seja significativo e relevante para os sujeitos do campo, na possibilidade do desenvolvimento integral, da contribuição para a sustentabilidade e a justiça social nas áreas rurais. No entanto, a implementação eficaz da Educação do Campo enfrenta vários desafios, que vão desde a adequação da infraestrutura escolar e da formação de educadores, até a elaboração de políticas públicas inclusivas e a garantia de acesso e permanência dos estudantes na escola. Esses obstáculos refletem as disparidades históricas e as complexidades sociopolíticas que permeiam o cenário educacional rural.

Diante dessa realidade, a nossa questão problema se atém em como a Educação Popular contribui para a Educação do Campo visando o atendimento da população do campo. Assim, tem-se como objetivo geral estudar a relação entre Educação Popular e Educação do Campo na perspectiva do atendimento as necessidades e demandas da população do campo.

METODOLOGIA

Para o atendimento ao nosso objetivo, a metodologia utilizada foi o do estudo bibliográfico, fundamentado na pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório. A pesquisa bibliográfica é “[...] elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet [...]” Prodanov; Freitas, 2013, p. 54).

A pesquisa bibliográfica se configura, conforme Severino (2007, p. 122) dos seguintes caminhos:

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

Acolhendo Severino (2007), fez-se a opção por pesquisar no Google Acadêmico (páginas em português) artigos publicados em periódicos e livros, na modalidade

pesquisa simples. Foram utilizados os seguintes descritores: Educação do Campo. Neste foi identificado “Aproximadamente 1.210.000 resultados (0,10 s)” (Google Acadêmico), nos detemos em textos que trabalhassem a concepção, princípios pedagógicos e desafios da/na e para a Educação do Campo. Optamos pelas contribuições dos seguintes autores; Caldart (2004), Alencar (2016), Hage (2005), Beltrame (2009); Hage (2005) e Silva (2018). Para Educação Popular, optamos pela leitura de textos que trabalhassem a concepção e a finalidade pedagógica da Educação Popular. Neste sentido, fizemos a leitura de Brandão (1986); Pereira (2010) e Freire (1987), material que trabalhamos durante as aulas de Fundamentos e Processos da Educação Popular.

EDUCAÇÃO POPULAR: UMA BREVE COMPREENSÃO SOBRE SUA FINALIDADE

Os processos educacionais escolares são vistos no contexto geral de uma educação construída como um meio de seguir regras, currículos e maneiras de execução dentro dos sistemas de ensino. Sendo assim, muitas vezes é deixado de lado realidades, fatos históricos, experiências e culturas vivenciadas pela população, não reconhecidas pelo sistema escolar. Entretanto, para Brandão (1986, p. 5), a concepção de educação é muito mais ampla do que se compreende quando a mencionamos. Este autor diz que ela ocorre em diversos espaços e de diversas formas com intenções e finalidades também diversas, ou seja, a educação ocorre

[...] Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. (BRANDÃO, 1986, p. 7).

Segundo Luckesi (2001, p. 30)

A educação é um típico ‘que-fazer’ humano, ou seja, um tipo de atividade que se caracteriza fundamentalmente por uma preocupação, por uma finalidade a ser atingida. A educação dentro de uma sociedade não se manifesta como um fim em si mesmo, mas sim como um instrumento de manutenção ou transformação social.

Neste sentido, Luckesi (2001) amplia, como fez Brandão (1986) e Freire (1987), a concepção de educação ao afirmá-la como um processo inerente do ser humano com uma finalidade que pode servir para manutenção ou transformação da realidade. É considerando as visões desses autores que se fala do papel da Educação Popular.

A Educação Popular se sustenta na concepção de educação libertadora fundamentada pelo pensamento freireano, desenvolvendo um campo de saberes, práxis e reflexões em oposição à Educação denominada de bancária (Freire, 1987). Neste sentido, a Educação Popular defende uma educação não neutra, mas política; uma educação que discute as realidades excludentes e os sujeitos que vivem à margem dos direitos fundamentais necessários a sobrevivência. Assim são vistos como seres menos, sem saberes e experiências, desvalorizados e excluídos dos saberes escolares. A Educação Popular busca, em seu processo político e pedagógico, conforme Paulo Freire (1987), refletir a relação de opressão e dominação que a educação bancária reproduz. Nesse desenvolvimento faz uso da prática dialógica que problematiza a realidade procurando desnaturalizar o que é dado como ‘normal’. Nesse contexto, apresenta a relevância e a necessidade de discussão de temáticas importantes que por muito tempo ficaram fora do currículo escolar como o racismo, a questão de gênero e o patriarcado, as relações de poder e saber, a homofobia, o etarismo, as questões trabalhistas, de moradia, de direitos humanos, políticas públicas para o campo e a cidade, a questão agrária dentre tantas outras temáticas.

Para Brandão (1986) estudar no e pelo viés da concepção de Educação Popular significa refletir sobre o uso da palavra, ou seja, sobre quem tem o poder de dizer a palavra. Para Brandão (1986), a palavra é utilizada por muitos e de maneiras diferentes, mas aponta a forte influência de poder, ou seja, quem tem direito a dizer. Se analisarmos quem tem o direito à palavra é sempre quem tem maior influência, ou melhor imagem social. Esse autor em seu livro ‘O que é Educação Popular’ traz algumas questões que nos leva a refletir o papel da Educação Popular e a ação do (a) docente no processo educacional: “Afim, que outra é a matéria do educador senão a palavra? Afim, que outro é o desafio da educação popular senão o de reverter, no mistério do saber coletivo, o sentido da palavra e o seu poder?” (Brandão, 1986, p.9). Freire (1987, p. 44). Neste sentido, nos ensina que “[...] se dizer a palavra verdadeira, que é trabalho, que é práxis, é transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens”. Essas são umas das principais finalidades da Educação Popular: fazer refletir sobre o mundo, a realidade e a partir dessas reflexões dizer a palavra situada e consciente, como direito do ser mais, na possibilidade da transformação dos sujeitos e de suas realidades.

Neste sentido, destaca-se a importância da Educação Popular que nasceu fora das escolas, junto das organizações e movimentos populares em busca da emancipação, influenciando práticas educativas escolares e não escolares.

Entretanto, é necessário dizer que os desafios para a implementação de práticas educativas, considerando a concepção de Educação Popular, não são pequenos e que se tornam múltiplos diante do contexto social que enfrentamos guiado por um capitalismo neoliberal que atua de maneira perversa e angustiante.

Contudo, vale considerar a Educação Popular como um paradigma emancipatório, focado na formação de um ser social por completo, com suas próprias características, identidades, culturas e com condições de pensar e lutar por uma sociedade mais humana e respeitosa às diferenças e diversidades.

Assim, a Educação Popular se configura para um pensar educativo que trata o sujeito como ser de direito, aprendente, situado e altamente crítico. E nesse entendimento, visualiza-se a importância de se trabalhar no viés político-pedagógico da Educação Popular na perspectiva de materialização do paradigma da Educação do Campo.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: ORIGEM, CONCEPÇÃO E FINALIDADE

A Educação do Campo é um paradigma educacional que surge no final da década de 90 por meio das discussões promovidas pelos movimentos sociais do campo sobre a ausência de políticas públicas que garantissem direitos fundamentais a população que vive no campo brasileiro. Para Alencar (2010), a Educação do Campo “busca o reconhecimento do campo como espaço de vida que contemple um projeto de desenvolvimento sustentável” que possa atender a realidade do campo, sua diferença histórica e cultural.

Neste sentido, apresenta uma proposta educacional voltada para a valorização da vida rural e o desenvolvimento sustentável dos territórios camponeses. E essa proposição se contrapõe a visão urbanocêntrica de educação, porque se pauta num processo de formação que leve em conta a realidade, os valores, os saberes e as necessidades das populações do campo. Porém, ela enfrenta uma série de desafios e dificuldades que refletem tanto as adversidades históricas vivenciadas pelos ambientes rurais, quanto às particularidades da prática educacional nesses contextos.

Neste sentido, compreendemos que a Educação do Campo é relevante porque busca fortalecer a confiança e o fortalecimento da cultura e da identidade rural, a valorização dos saberes populares, o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, as experiências vivenciadas e os modos de vida e de produção da população do campo de forma a refletir a harmonia entre o progresso socioeconômico e a preservação ambiental. Para essa finalidade procura integrar esses conhecimentos, discussões e temáticas ao currículo escolar. Entretanto, muitas vezes o currículo aplicado nas escolas rurais é o mesmo utilizado nas escolas urbanas, não levando em consideração a realidade, a cultura e as necessidades das comunidades do campo.

Para a materialidade da Educação Popular além da discussão sobre a valorização dos diferentes saberes e a inclusão de temáticas/conteúdos necessários à formação da população do campo no currículo escolar; é notória a necessidade de refletir sobre a formação dos educadores que atuam em escolas do campo. Este é um pilar importante da Educação do Campo defendido pelos movimentos sociais. Para Beltrame (2009), há necessidade de formar os(as) professores e professoras para atuar de maneira consciente e transformadora no contexto rural, no sentido de promover uma abordagem interdisciplinar e um diálogo entre os diferentes saberes, conectando o conhecimento acadêmico com o conhecimento empírico das comunidades rurais e fomentando a integração e a cooperação entre escolas, comunidades rurais e movimentos sociais na perspectiva do desenvolvimento coletivo e a construção de políticas públicas que favorecem o campo. Entretanto, Beltrame (2009) chama a atenção para a falta de formação específica para a realidade rural e a desvalorização dos docentes, situando esses problemas como obstáculos para a efetivação das práticas pedagógicas, sem contar que as escolas enfrentam carências significativas em termos de infraestrutura física e recursos pedagógicos, o que compromete a qualidade da educação oferecida. Portanto, a escola encontrará resistência por parte dos indivíduos do campo, dado que

[...] a “mensagem” da escola não se integra num esquema de necessidades vitais ao homem que trabalha e vive no campo. A integração efetiva da escola com as necessidades vitais do sujeito só ocorre quando ele se propõe a migração para a cidade ou se envolve com relações materialmente significativas de caráter urbano [...]. (Beltrame, 2009, p.19)

Neste contexto e diante de desafios que resultam de processos históricos de negação do direito da população do campo, considera-se a relação com a Educação

Popular por essa resultar também dos movimentos sociais em suas atividades fora do muro da escola e por apresentar uma proposta político-pedagógica problematizadora, transformador e libertador.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise deste artigo discorre de estudos bibliográficos como antes citado. Assim, damos início a essa reflexão com base no aporte de Brandão (1986) quando nos mostra que a educação popular, que resulta da prática educativa dos movimentos sociais, se adentra em muitas reflexões, explorando os saberes múltiplos e diversos dos sujeitos cujos saberes não fora reconhecido socialmente, o uso da palavra e a maneira de que como é propagado o entendimento e aprendizado do saber.

A Educação do Campo, resultado também da luta dos movimentos sociais, busca pela consolidação de direitos negados historicamente dentre esses o da educação escolar numa proposta de problematização e reflexão da realidade num diálogo entre conhecimentos empíricos e escolares. Nesse sentido, a Educação Popular e a Educação do Campo são partes do mesmo processo de luta que se somam na perspectiva de uma educação para outras populações, demandas e finalidades. São concepções que pautadas na perspectiva freireanas se integram e ganham novas dimensões educativas, sujeitos e objetivos. E conforme diz Pereira e Pereira (2010, p. 73) “A Educação popular apresenta-se como um movimento de resistência, de “descolonização dos horizontes”, como uma possibilidade de “abrir janelas”. E nesse processo, a Educação Popular contribui para a Educação do Campo porque

A Educação popular explicita o lado político da educação e ganha um caráter de classe, na medida em que questiona a forma como as relações de poder que sustentam a sociedade capitalista reproduzem-se na educação bancária e que orienta as atividades para a construção de um projeto histórico nacional voltado para a criação de uma sociedade justa e igualitária, enfatizando a solidariedade de todos os setores que possam compartilhar esse projeto. (Pereira e Pereira, 2010, p. 74)

Neste contexto, urge como imprescindível a reflexão sobre a realidade do campo, no viés da proposta político-pedagógica da Educação Popular; porque, conforme explica Schmitt (2017), identifica-se uma forte orientação dos (as) professores(as) rurais à metodologia e finalidades da educação bancária, destacando práticas pedagógicas conservadoras e pragmáticas. É necessária uma formação para a problematização, para uma imersão e desvelamento do que foi dito historicamente por quem tinha o poder da

palavra; e também do que não foi dito, ou seja, ouvir aqueles e aquelas que não tiveram direito à palavra. As respostas pontuais a problemas complexos, sem um entendimento profundo da realidade única das escolas rurais, indicam uma desconexão entre a prática educacional e as necessidades dos (as) estudantes do campo.

Silva (2018) também reitera essa compreensão, evidenciando a reprodução do modelo educacional urbano nas áreas rurais, ignorando as necessidades da população do campo. O Processo de exclusão de direitos que pauta o discurso dos movimentos sociais reforça a exclusão social, deixando um legado de desigualdade e limitação de oportunidades para os habitantes rurais que, conforme Hage (2005, p.14), se estabelece como

Uma educação que não leva em consideração os conhecimentos que os educandos trazem de suas experiências e de suas famílias. Uma educação que desvaloriza a vida do campo, diminuindo a auto-estima dos educandos e descaracterizando suas identidades. Uma educação que fortalece o ciclo vicioso que os sujeitos do campo realizam: “de estudar para sair do campo” ou “de sair do campo para estudar”, fortalecendo o processo de migração campo-cidade. Uma educação que se constitui enquanto um instrumento de reprodução e expansão da estrutura agrária e de uma sociedade excludentes.

Essa perspectiva sustenta um sistema educacional que é desempoderado e que não respeita e valoriza o conhecimento, a experiência, e as competências que os sujeitos da área rural possui, apontando-os como seres passivos necessitados de algum tipo de ajuda externa para compensar as supostas “deficiências” que possuem, devido às circunstâncias de suas vidas. Neste sentido, vemos a relação entre a Educação Popular e a Educação do Campo como paradigmas educacionais libertadores na perspectiva freireana que buscam e intencionam um processo político-pedagógico problematizador, reflexivo e transformador que muda o pensar sobre o sujeito e a realidade do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das leituras realizadas, do desenvolvimento teórico e resultados apresentados, apontamos a contribuição da Educação Popular à Educação do Campo. São campos teóricos que se fundamentam na perspectiva da Educação libertadora de Paulo Freire e têm a educação como essencialmente política e não neutra.

O processo educacional determina os caminhos para o processo de formação das pessoas, pode formar, conforme Freire, por meio da educação bancária, para a

manutenção de um modelo de sociedade a ser mantida conforme interesses de grupos dominantes que usam o poder da palavra para reproduzir suas ideologias. Ou formar, por meio da educação libertadora, para a transformação de realidades, contribuindo para que as pessoas tenham o poder da palavra e que possam, pela produção do conhecimento, se contrapor ao projeto educacional dominante.

Neste sentido, a Educação do Campo se fortalece na perspectiva teórica e prática da Educação Popular. É na Educação Popular que a Educação do Campo se fortalece no desenvolvimento de um paradigma educacional que respeita os saberes diversos, que inclui temáticas não apresentadas nos currículos convencionais, que faz uso do diálogo como metodologia pedagógica e a partilha dos saberes como elemento de construção e socialização do conhecimento, considerando todo desenvolvimento do processo educativo escolar e não escolar como necessários e formadores.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Maria Fernanda dos Santos . Princípios Pedagógicos da Educação do Campo: caminho para o fortalecimento da escola do campo. **Ciência & Trópico**, 39(2). 2016. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/1567>

ALENCAR, Maria Fernanda dos Santos . Educação do Campo e a Formação de Professores: construção de uma política educacional para o campo brasileiro. **Ciência & Trópico**, Recife, v.34, n. 2, p.207-226, 2010. Disponível em: <https://fundaj.emnuvens.com.br/CIC/article/view/868/589>

BELTRAME, S. A. B. **Cenários da Escola do campo**. In: FOERSTE, Erineu, MARGIT-SCHUTZ-FOERSTE, Gerda, CALIARI, Rogério. (Orgs.). Educação do Campo. Povos. Territórios. Movimentos sociais. Saberes da Terra. Sustentabilidade. Espírito Santo: UFES, 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação popular**. 1986.

CALDART. R.S. **Por uma educação do campo**: traços de uma identidade em construção. In M. Arroyo; R. S. Caldart & M. Molina (org.). Por Uma Educação do Campo: Vozes, 2004

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, M. Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum, **Revista Diálogos**: pesquisa em extensão universitária. IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico. Brasília, v.18, n.1, dez, 2012 p. 10-32

GIL, Antônio Carlos. Como classificar as pesquisas. **Como elaborar projetos de pesquisa**, v. 4, n. 1, p. 44-45, 2002.

HAGE, Salomão. A importância da articulação da identidade e pela educação do campo na construção da identidade e pela luta da educação do campo. Texto apresentado no I **Encontro de formação dos Educadores do Campo do Nordeste Paraense**, realizado em Bragança. Abril/ 2005.

LUCKESI, Cipriano C. Filosofia da Educação. São Paulo: Cortez, 2001

PEREIRA, Dulcinéia de Fátima Ferreira; PEREIRA, Eduardo Tadeu. Revisitando a história da educação popular no Brasil: em busca de um outro mundo possível. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 10, n. 40, p. 72-89, 2010.

SCHMITT, E. L. **Olhar atento para a educação ambiental nas escolas do campo**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Paraná, PR, Brasil, 2017.

SILVA, M. N. S. **O território camponês como dimensão educativa: desafios e possibilidades da Educação do Campo em Grajaú-MA**. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais, MG, Brasil, 2018.